

**Senado Federal**

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

# Carta de Serviços



Comissão Própria  
de Avaliação do ILB



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO



**Senado Federal**

**INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO**

## **Comissão Própria de Avaliação**

---

### **Carta de Serviços**

Documento gerado em 04 de Setembro de 2024.

A Carta de Serviços é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados, de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da Administração Pública.  
Ela contempla as formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários.



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

## Comissão Própria de Avaliação

**MARIANA PASSOS BARBOZA MOURA BISPO**, representante da Coordenação do Programa Interlegis e Relações Institucionais e presidente da CPA;

**CARLOS EUGÊNIO VARELLA ESCOSTEGUY**, representante do ILB;

**RAINER JUNIO DE SOUSA**, representante da Coordenação de Educação Superior;

**SAMUEL PINHEIRO BARGUIL**, representante da Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino;

**PAULO RICARDO DOS SANTOS MEIRA**, representante da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal;

**ILAN ÁLISSON FERREIRA PINHEIRO**, representante do corpo discente;

**LUÍS FERNANDO PIRES MACHADO**, representante do corpo docente;

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**, representante da sociedade civil;

**TELMA AMÉRICA VENTURELLI**, representante do Corpo Técnico-administrativo;

**LUDMILA ALBUQUERQUE DOUETTES ARAÚJO**, representante dos coordenadores de curso; e

**OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO**, secretário da Secretaria de apoio à CPA.



## Glossário

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE/CES - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IES – Instituição de Ensino Superior
ILB – Instituto Legislativo Brasileiro
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PIL – Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior



## Sumário

Glossário	4
Sumário	5
1. Apresentação	6
2. Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento	7
3. Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento	7
4. Informações sobre quem tem direito a tratamento prioritário	7
5. Acompanhamento das Comissões Externas de Avaliação designadas pelo MEC	8
6. Acompanhamento periódico da execução das metas do PDI	10
7. Elaboração e divulgação do boletim da CPA entre os docentes e os discentes do ILB	13
8. Elaboração, manutenção e publicação de notícias de interesse no sítio da CPA	15
9. Gestão da avaliação institucional no âmbito do ILB	18
10. Gestão do Plano de Autoavaliação Institucional - PAI das ações de educação do ILB	20
11. Prestação das informações solicitadas pelo MEC-INEP	22
12. Elaboração de Relatório de Autoavaliação Institucional	24
13. Proposições de melhoria de processos internos e de instrumentos de planejamento do ILB (PEI, PPI, PDI, PCASF, Política de capacitação, etc.)	28
14. Contato para esclarecimento de dúvidas	31

---

## Carta de Serviços

Comissão Própria de Avaliação do Instituto Legislativo Brasileiro



## 1. Apresentação

A Carta de Serviços da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), vinculada ao Senado Federal, é um documento que visa proporcionar transparência e clareza sobre os serviços oferecidos pela CPA, detalhando suas atribuições e funcionamento. Seu principal objetivo é informar a comunidade acadêmica e demais interessados sobre os serviços prestados, explicando de maneira acessível e organizada aspectos fundamentais como sua descrição, fundamentação legal, público-alvo, responsáveis pela execução, etapas necessárias para sua realização, documentação exigida (quando aplicável), canais de atendimento, prazos estimados e formas de contato para dúvidas e solicitações.

A CPA, ao elaborar esta Carta, reafirma seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados, fortalecendo a transparência institucional e incentivando a participação ativa da comunidade do ILB nos processos de avaliação. A estrutura do documento foi pensada para garantir objetividade e clareza, abordando os principais serviços prestados pela Comissão. Entre eles, destacam-se o acompanhamento das Comissões Externas de Avaliação designadas pelo Ministério da Educação (MEC), o monitoramento da execução das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a elaboração e divulgação do boletim informativo da CPA direcionado a docentes e discentes, a produção e manutenção de notícias de interesse no portal da CPA, a gestão da avaliação institucional no âmbito do ILB e a coordenação do Plano de Autoavaliação Institucional (PAI) das ações educacionais da instituição.

Além disso, a CPA também responde a solicitações de informações do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como propõe melhorias contínuas nos processos internos e nos instrumentos de planejamento institucional, incluindo o PDI, o Plano de Capacitação e o Plano de Classificação Arquivística e Sistema de Formação (PCASF).

Dessa forma, esta Carta de Serviços não apenas orienta sobre o funcionamento e os serviços da CPA, mas também incentiva a comunidade acadêmica a utilizar os recursos disponíveis para aprimorar a avaliação institucional. A CPA convida todos a conhecerem e fazerem uso desta Carta, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das atividades da Comissão e fortalecendo a cultura de participação e transparência no ILB.

Boa leitura!

MARIANA P.B. M. BISPO  
Presidente da CPA

## 2. Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na lei nº 13.460/17, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- **Urbanidade:** Promove interações respeitosas e civilizadas entre servidores públicos e usuários, garantindo um ambiente de atendimento cordial.
- **Respeito:** Assegura que todos os usuários sejam tratados com dignidade, sem discriminação ou preconceito, valorizando suas necessidades e direitos.
- **Acessibilidade:** Garante que todos os serviços públicos sejam acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, eliminando barreiras físicas e de comunicação.
- **Cortesia:** Incentiva um atendimento amigável e atencioso, onde os servidores públicos demonstram consideração e gentileza aos usuários.
- **Presunção da boa-fé do usuário:** Estabelece que os usuários são considerados honestos e sinceros em suas interações com serviços públicos, a menos que haja evidências em contrário.
- **Igualdade:** Assegura tratamento equitativo a todos os usuários, sem privilégios ou discriminações, promovendo justiça e imparcialidade no serviço público.
- **Eficiência:** Foca na prestação de serviços públicos de forma rápida e eficaz, otimizando recursos e atendendo às necessidades dos usuários com qualidade.
- **Segurança:** Protege os dados e informações dos usuários, garantindo confidencialidade e integridade nos processos de atendimento.
- **Ética:** Orienta os servidores públicos a agirem com integridade, transparência e responsabilidade, promovendo a confiança no serviço público.

## 3. Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela lei nº13.460/17, tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

## 4. Informações sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela lei 10.048, de 8 de novembro de 2000.

## 5. Acompanhamento das Comissões Externas de Avaliação designadas pelo MEC

### O que é?

A Avaliação Institucional é um dos componentes do *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes*, instituído pela *Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004*, e está relacionada: à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- 1) a autoavaliação, coordenada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação;**
- 2) a avaliação externa, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação, e os relatórios das autoavaliações.**

As ações de avaliação interna e externa devem ser realizadas de forma combinada e complementar, havendo em ambas plenas liberdades de expressão e busca de rigor e de justiça. A instituição deve fazer um grande esforço para motivar a comunidade e para envolver vários setores da comunidade externa a participarem dos processos avaliativos. O exame “de fora para dentro” pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pela dos agentes internos, muitas vezes acostumados, acriticamente, às rotinas e, mesmo, aos interesses corporativos. A avaliação externa, coerente com a dimensão interna, é um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC. Ela exige a organização, a sistematização e o inter-relacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas, além de juízos de valor sobre a qualidade das práticas e da produção teórica de toda a instituição. Por isso, a integração da avaliação interna e externa faz parte de um importante processo de discussão e reflexão relativo aos grandes temas de política pedagógica, científica e tecnológica, bem como às tomadas de decisão buscando o fortalecimento ou redirecionamento de ações e de políticas.

O processo de avaliação externa é composto por duas etapas: (1) a visita dos avaliadores à instituição e (2) a elaboração do relatório de avaliação institucional. Na primeira etapa, depois de terem apreciado o relatório de autoavaliação (antecipadamente disponibilizado), os avaliadores externos deverão manter interlocução com os dirigentes, os corpos docente, discente e técnico-





SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

administrativo com o objetivo de conhecer, em maior profundidade, como são desenvolvidas as atividades da IES. A comissão de avaliadores também terá acesso aos documentos e às instalações da instituição, a fim de obter informações adicionais que considerem necessárias para que o processo seja o mais completo possível. Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de autoavaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros, Relatórios CAPES), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita. Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo autoavaliação e avaliação externa, expressos nesse relatório, serão encaminhados à CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo. Esse parecer, encaminhado para órgãos competentes, será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país. A Lei nº 10.861/2004 prevê, para os resultados considerados insatisfatórios, a celebração de um Protocolo de Compromisso entre o MEC e a respectiva instituição

**Fundamentação legal:**

Lei nº 10.861/2004

PIL nº 1, de 2024, Art. 2º, inciso VIII: acompanhar as Comissões Externas de Avaliação designadas pelo MEC;

**Quem pode utilizar este serviço?**

Membros da CPA;

Diretor Executivo do ILB.

**Quem é o responsável pelo serviço?**

Presidente da CPA

**Etapas para a realização deste serviço**

**Etapa I – Acompanhamento da Comissão Externa do MEC**

**Documentação**

Não se aplica



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Etapa II – Relatar ao ILB a avaliação realizada pela Comissão Externa do MEC****Documentação**

Relatório de Acompanhamento das Comissões Externas de Avaliação designadas pelo MEC

**Canais de prestação**

Portal da CPA na Intranet

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Quanto tempo leva?**

A depender do planejamento da Comissão Externa do MEC

**6. Acompanhamento periódico da execução das metas do PDI****O que é?**

O PDI é o instrumento de planejamento e gestão. Ele considera a identidade da Instituição de Ensino Superior - IES no âmbito da sua filosofia de trabalho, da missão a que se propõe, das estratégias para atingir suas metas e objetivos, da sua estrutura organizacional, do Projeto Pedagógico Institucional, com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve e visa desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. (Decreto nº 5.773/06).

A CPA tem a responsabilidade de prestar o acompanhamento periódico da execução do PDI, de acordo com as 5 (cinco dimensões), a serem consideradas pelo MEC, em suas avaliações:

---

**Carta de Serviços**

Comissão Própria de Avaliação do Instituto Legislativo Brasileiro



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

**Dimensão 1: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**, considerando os seguintes indicadores: Coerência da missão com os objetivos institucionais; Processo de autoavaliação institucional (CPA: representatividade e competências); Coerência do PDI com as atividades de ensino; Coerência do PDI com as atividades de pesquisa (quando prevista no PDI); Coerência do PDI com as ações de responsabilidade social; Coerência do PDI com as ações institucionais no que se refere ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística ou ao patrimônio cultural; Coerência do PDI com as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial; Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica; Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados; Ações acadêmicas administrativas a partir dos resultados das avaliações (implementa resultados da avaliação).

**Dimensão 2: GESTÃO INSTITUCIONAL**, que contempla os indicadores a seguir: Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional; Sistema de registro acadêmico; Organização da instituição (conselhos); Comunicação interna e externa (Divulgação, sites, wifi, fluxos de informações, intranet, portal e internet).

**Dimensão 3: CORPO SOCIAL**, que reúne os indicadores: Corpo docente (titulação acadêmica e experiência/competência relevantes nos temas específicos dos programas das atividades de capacitação); Seleção de docentes; Políticas de formação e capacitação do corpo docente; Políticas de formação e capacitação do corpo técnico administrativo; Política de atendimento ao discente.

**Dimensão 4: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**, compreendendo: Políticas acadêmicas (proposta pedagógica – avaliação discente, seleção de conteúdos, cumprimento de legislação, processos seletivos); Coerência do PDI com as ações de ensino; Coerência do PDI com as ações de pesquisa (quando prevista no PDI); Autonomia acadêmica/pedagógica; Acessibilidade pedagógica e atitudinal; políticas e ações de acompanhamento dos egressos.

**Dimensão 5: INFRAESTRUTURA**, correspondendo aos seguintes indicadores: Instalações administrativas; Salas de aula/ambientes de aprendizagem; Auditório; Infraestrutura para a CPA; Instalações sanitárias; Acervos (compatíveis com a finalidade institucional); Política de acesso aos acervos; Política de atualização dos acervos; Organização da produção acadêmica (repositório/gestão do conhecimento); Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas; Espaços de convivência e alimentação; Coerência da infraestrutura física com o estabelecido em documentos oficiais; Redes de internet e intranet, wifi; Acessibilidade Física

#### **Fundamentação legal:**

PARECER CNE/CES N°: 295/2013



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

PIL nº 1, de 2024, Art. 2º, inciso VIII: acompanhar as Comissões Externas de Avaliação designadas pelo MEC;

**Quem pode utilizar este serviço?**

Membros da CPA;  
Diretor Executivo do ILB.

**Quem é o responsável pelo serviço?**

CPA

**Etapas para a realização deste serviço**

**Etapa I – Acompanhamento periódico da execução das metas do PDI**

**Documentação**

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Etapa II – Relatar ao ILB a avaliação realizada pela Comissão Externa do MEC**

**Documentação**

Relatório de Acompanhamento das Comissões Externas de Avaliação designadas pelo MEC

**Canais de prestação**

Portal da CPA na Intranet

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Quanto tempo leva?**

A depender do planejamento da Comissão Externa do MEC

## **7. Elaboração e divulgação do boletim da CPA entre os docentes e os discentes do ILB**

### **O que é?**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade educacional dentro das instituições de ensino superior. Um dos instrumentos para alcançar essa missão é a elaboração e divulgação do boletim da CPA, que serve como uma ferramenta de comunicação crítica entre a comissão, os docentes e os discentes.

A elaboração do boletim da CPA é um processo que requer planejamento cuidadoso e colaboração entre diversos membros da comunidade acadêmica. O primeiro passo é a coleta de dados relevantes, que pode incluir resultados de avaliações internas, feedback dos alunos, desempenho de cursos e outras métricas de qualidade educacional. Esses dados são então analisados para identificar tendências, pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias. Uma vez que a análise é concluída, a CPA deve redigir o boletim de forma clara e objetiva, destacando os principais achados e recomendações. É importante que o conteúdo seja acessível e relevante tanto para docentes quanto para discentes, utilizando uma linguagem que seja compreensível para todos os públicos-alvo.

A divulgação eficaz do boletim da CPA é crucial para garantir que as informações cheguem a todas as partes interessadas e que as recomendações sejam implementadas. Para isso, a CPA deve utilizar múltiplos canais de comunicação. Entre os métodos tradicionais, está a distribuição de cópias impressas. No entanto, com o avanço da tecnologia, a utilização de plataformas digitais, como e-mails institucionais, websites do ILB e redes sociais, tem se mostrado cada vez mais eficaz.

Além disso, é importante promover sessões de apresentação e discussão dos resultados do boletim, onde docentes e discentes possam interagir diretamente com os membros da CPA. Essas sessões permitem esclarecer dúvidas, discutir as implicações dos dados apresentados e colaborar na busca por soluções para os desafios identificados.

O boletim da CPA é mais do que um simples relatório; ele é uma ferramenta estratégica que pode influenciar positivamente a qualidade do ensino e a experiência acadêmica. Ao fornecer uma visão clara e baseada em dados sobre o desempenho da instituição, o boletim ajuda a fomentar uma cultura de transparência e melhoria contínua. Além disso, ao envolver tanto docentes quanto discentes no processo de avaliação e melhoria, a CPA promove um ambiente colaborativo e participativo, essencial para o sucesso acadêmico e institucional.

Em resumo, a elaboração e divulgação do boletim da CPA são atividades essenciais para fortalecer a comunicação e a colaboração dentro da Escola de Governo, assegurando que todos os membros da comunidade acadêmica estejam alinhados e comprometidos com a excelência educacional.

### **Fundamentação legal:**



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

PIL nº 1, de 2024, Art. 9º, V - divulgar o boletim da CPA entre os docentes e os discentes do ILB;

**Quem pode utilizar este serviço?**

Docentes; Discentes;

**Quem é o responsável pelo serviço?**

Secretário da CPA

**Etapas para a realização deste serviço**

**Etapa I – Coleta de informações para composição do Boletim**

**Documentação**

Não se aplica

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Etapa II – Elaboração e publicação do Boletim**

**Documentação**

Não se aplica

**Canais de prestação**

Portais do SF na internet e intranet

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Quanto tempo leva?**

A depender dos eventos relevantes do período

## **8. Elaboração, manutenção e publicação de notícias de interesse no sítio da CPA**

### **O que é?**

O sítio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) é uma plataforma essencial para a comunicação e transparência das atividades relacionadas à avaliação institucional. A elaboração, manutenção e publicação de notícias de interesse nesse espaço desempenham um papel vital na disseminação de informações relevantes para a comunidade acadêmica.

A elaboração de notícias para o sítio da CPA requer uma abordagem estratégica e cuidadosa. Primeiramente, é importante identificar os temas de maior interesse e relevância para os diferentes públicos-alvo, como docentes, discentes, funcionários e gestores. As notícias podem abranger uma variedade de tópicos, incluindo resultados de avaliações, mudanças em políticas institucionais, eventos acadêmicos, workshops e outras iniciativas promovidas pela CPA.

Ao redigir as notícias, é crucial utilizar uma linguagem clara e objetiva, garantindo que a informação seja facilmente compreendida por todos os leitores. Além disso, a inclusão de dados, gráficos e citações de membros da comunidade acadêmica pode enriquecer o conteúdo e aumentar seu impacto.

A manutenção do conteúdo no sítio da CPA é fundamental para assegurar que as informações permanecem atualizadas e precisas. Isso envolve a revisão regular das notícias publicadas, a remoção de informações desatualizadas e a correção de possíveis erros. A CPA deve estabelecer um cronograma de revisão e atualização para garantir que o conteúdo do sítio reflita sempre a realidade atual da instituição.

Além disso, a manutenção eficaz do sítio inclui a otimização para mecanismos de busca (SEO), garantindo que as notícias sejam facilmente encontradas por aqueles que buscam informações sobre a CPA e suas atividades.

A publicação de notícias no sítio da CPA deve ser acompanhada de estratégias eficazes de divulgação para maximizar o alcance e o impacto das informações. Isso pode incluir o uso de newsletters, notificações por e-mail, e integração com as redes sociais da instituição. A promoção de novas publicações através de canais internos, como murais e reuniões, também pode aumentar a visibilidade das notícias.

A publicação de notícias de interesse no sítio da CPA não apenas informa a comunidade acadêmica, mas também promove uma cultura de transparência e engajamento. Ao manter a comunidade informada sobre as atividades e iniciativas da CPA, a instituição fortalece a confiança e a colaboração entre seus membros.



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Em suma, a elaboração, manutenção e publicação de notícias no sítio da CPA são atividades essenciais para assegurar que a comunidade acadêmica esteja bem-informada e engajada nos processos de avaliação e melhoria contínua. Isso contribui para o fortalecimento da qualidade educacional e para o sucesso institucional como um todo.

**Fundamentação legal:**

PIL nº 1, de 2024, Art. 9º, IV - elaborar e publicar notícias de interesse no sítio da CPA;

**Quem pode utilizar este serviço?**

Sociedade

**Quem é o responsável pelo serviço?**

Secretário da CPA

**Etapas para a realização deste serviço**

**Etapa I – Coleta de informações para composição das Notícias**

**Documentação**

Não se aplica

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Etapa II – Elaboração e publicação das Notícias**

**Documentação**

Não se aplica

**Canais de prestação**

Portal da CPA na intranet do SF





SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Quanto tempo leva?**

A depender dos eventos relevantes do período

## 9. Gestão da avaliação institucional no âmbito do ILB

### O que é?

A gestão da avaliação institucional enfrenta diversos desafios, como a resistência à mudança, a necessidade de recursos adequados e a adaptação a novas tecnologias e métodos de ensino. Para superar esses desafios, o ILB adota estratégias como a capacitação contínua de seus colaboradores, o investimento em tecnologias de informação e comunicação, e o incentivo à cultura de autoavaliação e melhoria contínua.

Além disso, o ILB busca alinhar suas práticas de avaliação com as melhores práticas nacionais e internacionais, participando de redes de colaboração e intercâmbio de experiências com outras instituições de ensino e pesquisa.

O impacto da avaliação institucional no ILB é evidente na melhoria contínua da qualidade dos cursos e programas de pesquisas oferecidos. Através de um processo de avaliação bem estruturado, o ILB consegue adaptar seus currículos e métodos de ensino às necessidades atuais e futuras dos servidores públicos e da sociedade, garantindo a relevância e a eficácia de suas ações educacionais.

A avaliação institucional também contribui para a inovação no ensino, incentivando a adoção de novas abordagens pedagógicas e o uso de tecnologias educacionais que enriquecem a experiência de aprendizagem dos participantes.

Por fim, a avaliação institucional no ILB promove a transparência e a prestação de contas, fundamentais para a confiança das partes interessadas e para a legitimidade das ações do instituto. Ao compartilhar os resultados das avaliações e as medidas adotadas para a melhoria contínua, o ILB demonstra seu compromisso com a excelência e com a responsabilidade pública.

Em suma, a gestão da avaliação institucional no Instituto Legislativo Brasileiro é um componente essencial para assegurar que a instituição continue a cumprir sua missão com eficácia e relevância. Ao promover a qualidade, a transparência e a inovação, a avaliação institucional fortalece o papel do ILB como um centro de excelência em educação e desenvolvimento profissional para o setor público.

### Fundamentação legal:

PIL nº 1, de 2024, Art. 2º, inciso I: coordenar, articular, estimular e disseminar as ações de avaliação institucional no âmbito do ILB;

+ Documento: INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA.



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Projeto Pedagógico Institucional - PPI, de uma Escola de Governo estabelece as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que visa desenvolver.  
+ Lei 9394/96 (LDB), Art. 12, 13 e 14.

**Quem pode utilizar este serviço?**

DEXILB

**Quem é o responsável pelo serviço?**

CPA

**Etapas para a realização deste serviço**

**Etapa I – Gestão da avaliação institucional no âmbito do ILB**

**Documentação**

Documento: INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Quanto tempo leva?**

A depender das questões e do contexto de avaliação institucional

## **10. Gestão do Plano de Autoavaliação Institucional - PAI das ações de educação do ILB**

### **O que é?**

A gestão do Plano de Autoavaliação Institucional (PAI) é um componente crucial para o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) na busca pela excelência educacional e administrativa. O PAI é uma ferramenta estratégica que permite ao ILB avaliar de forma sistemática e contínua suas ações de educação, assegurando que estas estejam alinhadas com sua missão de capacitar servidores públicos e oferecer programas de formação de alta qualidade.

O PAI é estruturado para abranger todos os aspectos das ações educacionais do ILB, desde o planejamento e execução dos cursos até a avaliação dos resultados e impactos. A implementação do PAI envolve várias etapas, incluindo a definição de objetivos claros, a identificação de indicadores de desempenho e a coleta de dados relevantes.

A participação de diversos stakeholders, como gestores, docentes, discentes e colaboradores administrativos, é essencial para garantir que o plano reflita as necessidades e expectativas de toda a comunidade acadêmica. Essa abordagem colaborativa ajuda a criar um ambiente de transparência e engajamento, fundamental para o sucesso do PAI.

Os processos de avaliação dentro do PAI são contínuos e incluem a coleta de dados quantitativos e qualitativos. Questionários de satisfação, entrevistas, grupos focais e análises de desempenho são algumas das metodologias utilizadas para obter uma visão abrangente das ações educacionais.

Esses dados são analisados para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias. A partir dessa análise, são desenvolvidos planos de ação e recomendações que visam aprimorar a qualidade dos cursos e programas oferecidos pelo ILB.

O monitoramento contínuo é uma parte integral da gestão do PAI. Isso envolve a revisão regular dos indicadores de desempenho e resultado, e a avaliação do progresso em relação aos objetivos estabelecidos. O ILB realiza revisões periódicas do PAI para garantir que ele continue relevante e eficaz diante de novas demandas e desafios.

A revisão do PAI também permite a incorporação de feedback dos participantes, garantindo que as ações de melhoria sejam baseadas em evidências e experiências reais.

A gestão eficaz do PAI traz inúmeros benefícios para o ILB. Ao promover uma cultura de autoavaliação e melhoria contínua, o PAI contribui para o fortalecimento da qualidade educacional e para o alinhamento estratégico das ações do instituto. Além disso, o PAI ajuda a fomentar a inovação pedagógica, incentivando a adoção de novas tecnologias e metodologias de ensino.



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Outro impacto significativo do PAI é o aumento da transparência e da prestação de contas, fatores essenciais para manter a confiança das partes interessadas para garantir a legitimidade das ações do ILB.

Em resumo, a gestão do Plano de Autoavaliação Institucional das ações de educação do ILB é fundamental para assegurar que a instituição continue a oferecer programas de alta qualidade e relevância. Ao promover a autoavaliação e a melhoria contínua, o PAI fortalece a posição do ILB como um líder em educação e capacitação no setor público.

**Fundamentação legal:**

PIL nº 1, de 2024, Art. 2º, inciso II: elaborar o Programa de Avaliação das ações de educação do ILB;

**Quem pode utilizar este serviço?**

DEXILB

**Quem é o responsável pelo serviço?**

CPA

**Etapas para a realização deste serviço**

**Etapa I – Gestão do Plano de Autoavaliação Institucional - PAI das ações de educação do ILB**

**Documentação**

Plano de Autoavaliação Institucional - PAI do ILB

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda



## 11. Prestação das informações solicitadas pelo MEC-INEP

### O que é?

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), como integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem a responsabilidade de prestar informações ao Ministério da Educação (MEC) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essa prestação de informações é fundamental para assegurar a qualidade e a transparência das atividades educacionais desenvolvidas pelo ILB.

O SINAES foi criado para garantir a qualidade da educação superior no Brasil, avaliando cursos, instituições e o desempenho dos estudantes. Ao integrar esse sistema, o ILB contribui para o aprimoramento contínuo do ensino superior, fornecendo dados que auxiliam na formulação de políticas públicas e na melhoria das práticas educacionais.

O MEC-INEP solicita uma variedade de informações que abrangem aspectos acadêmicos e administrativos do ILB. Entre os dados requeridos estão:

- **Dados Acadêmicos:** Informações sobre os cursos oferecidos, currículos, carga horária, métodos de ensino e avaliação, além do perfil dos docentes e discentes.
- **Desempenho Estudantil:** Resultados de avaliações, taxas de conclusão e evasão, e outros indicadores de desempenho acadêmico.
- **Infraestrutura:** Detalhes sobre as instalações físicas, recursos tecnológicos e bibliotecas disponíveis para estudantes e docentes.
- **Gestão Institucional:** Estrutura organizacional, políticas de gestão e práticas de governança.

Para atender às solicitações do MEC-INEP, o ILB implementa processos sistemáticos de coleta e organização de dados. Isso envolve a colaboração entre diversos setores da instituição, garantindo que todas as informações sejam precisas e atualizadas.

A prestação dessas informações é realizada através de sistema eletrônico específico (e-MEC), desenvolvido pelo MEC-INEP, que facilita a submissão e o acompanhamento dos dados fornecidos. Eventualmente, podem surgir solicitações pontuais de informações, a serem fornecidas em meios e canais específicos. O ILB deve assegurar que esses dados estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo SINAES, garantindo a transparência e a qualidade das informações prestadas.

A prestação de informações ao MEC-INEP traz diversos benefícios para o ILB e para o sistema educacional como um todo. Ao contribuir com dados precisos e detalhados, o ILB ajuda a fortalecer a avaliação e a regulação do ensino superior no Brasil, promovendo a melhoria contínua das instituições e dos cursos oferecidos.



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Além disso, essa prática reforça o compromisso do ILB com a transparência e a responsabilidade institucional, elementos essenciais para a confiança dos estudantes, servidores e da sociedade em geral.

Em resumo, a prestação das informações solicitadas pelo MEC-INEP ao ILB é um processo crucial que assegura a qualidade e a eficácia das ações educacionais do instituto. Ao integrar o SINAES, o ILB reafirma seu papel como um importante ator no cenário da educação superior no Brasil, comprometido com a excelência e a inovação.

**Fundamentação legal:**

Art. 11, da Lei nº 10.861/2004:.....com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP

**Quem pode utilizar este serviço?**

MEC

**Quem é o responsável pelo serviço?**

CPA

**Etapas para a realização deste serviço**

**Etapa I – Prestação das informações solicitadas pelo MEC**

**Documentação**

Ofício ao MEC apresentando as informações solicitadas

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Quanto tempo leva?**

A depender do planejamento da Comissão Externa do MEC



## 12. Elaboração de Relatório de Autoavaliação Institucional

### O que é?

Este serviço, oferecido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), destina-se à elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, documento fundamental para o processo de autoconhecimento e aprimoramento contínuo do Instituto Legislativo Brasileiro. O relatório, elaborado anualmente com base nas diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), visa a fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

### Periodicidade:

Relatórios Parciais: São elaborados nos dois primeiros anos do ciclo avaliativo, abordando os eixos de avaliação de forma segmentada.

Relatório Integral: Elaborado ao final do ciclo, consolidando as informações dos relatórios parciais anteriores e apresentando uma análise global do PDI, com a inclusão de um plano de ações para a melhoria contínua da instituição.

### Benefícios:

Autoconhecimento Institucional: Promove uma análise crítica e reflexiva das práticas institucionais, possibilitando a identificação de potencialidades e áreas de aprimoramento.

Melhoria da Qualidade: Subsidiar a tomada de decisões estratégicas, visando ao aprimoramento da qualidade das atividades acadêmicas e administrativas.

Transparência e Prestação de Contas: Fortalece a cultura de transparência e prestação de contas à sociedade, demonstrando o compromisso da instituição com a qualidade e a busca pela excelência.

### Fundamentação legal:

Art. 11, da Lei nº 10.861/2004:.....com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP;  
Nota Técnica MEC/INEP/DAES/CONAES Nº 065; e  
Inciso X, Art. 9º, da PIL Nº 1, DE 2024.

### Quem pode utilizar este serviço?

MEC

### Quem é o responsável pelo serviço?





CPA

### **Etapas para a realização deste serviço**

#### **Etapa I - Planejamento:**

Definição dos objetivos, cronograma e métodos de coleta de dados, considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a identidade da instituição.

##### **Documentação**

Relatórios de anos anteriores

##### **Canais de prestação**

Não se aplica

##### **Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

#### **Etapa II - Coleta de Dados:**

Utilização de instrumentos diversos, como questionários, entrevistas, grupos focais e análise documental, para reunir informações relevantes sobre os eixos de avaliação.

##### **Documentação**

Planilhas de coletas

##### **Canais de prestação**

Não se aplica

##### **Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

#### **Etapa III - Análise e Consolidação:**

Interpretação crítica dos dados coletados, identificando os pontos fortes, fragilidades e desafios a serem enfrentados, sempre em consonância com o PDI.



### **Documentação**

Planilhas de consolidação das informações

Minuta do Relatório de Autoavaliação Institucional do exercício corrente

### **Canais de prestação**

Não se aplica

### **Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

### **Etapa IV - Elaboração do Relatório:**

Redação do relatório, contemplando os seguintes elementos:

- Introdução: Contextualização, objetivos e estrutura do relatório.
- Metodologia: Descrição detalhada dos métodos e instrumentos utilizados na coleta e análise de dados.
- Desenvolvimento: Apresentação e análise aprofundada dos dados coletados para cada eixo de avaliação, com enfoque nos avanços e desafios.
- Considerações Finais: Elaboração de uma síntese conclusiva, destacando os principais resultados da autoavaliação e as perspectivas futuras.

### **Documentação**

Versão final do Relatório de Autoavaliação Institucional do exercício corrente

### **Canais de prestação**

Não se aplica

### **Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

### **Etapa IV - Submissão:**

Envio do relatório à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) por meio do Sistema e-MEC, dentro do prazo estabelecido.



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

**Documentação**

Relatório de Autoavaliação Institucional do exercício corrente  
Ofício ao MEC apresentando as informações solicitadas

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Quanto tempo leva?**

A depender do planejamento da Comissão Externa do MEC

### **13. Proposições de melhoria de processos internos e de instrumentos de planejamento do ILB (PEI, PPI, PDI, PCASF, Política de capacitação etc.)**

#### **O que é?**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) desempenha um papel crucial na identificação de oportunidades para o aprimoramento dos processos internos e dos instrumentos de planejamento da Escola de Governo. Por meio de uma análise criteriosa e sistemática, a CPA propõe melhorias que visam fortalecer a eficiência administrativa e a qualidade educacional oferecida pelo ILB.

O primeiro passo para a proposição de melhorias é a identificação das necessidades e desafios enfrentados pela Escola de Governo do ILB. Isso é feito através de avaliações internas, feedback de docentes e discentes, e análise de indicadores de desempenho. A CPA coleta e analisa esses dados para obter uma compreensão clara dos pontos fortes e das áreas que precisam de aperfeiçoamento.

Com base na análise realizada, a CPA elabora proposições específicas para a Diretoria-Executiva do ILB. Essas propostas podem incluir:

- **Revisão de Processos Internos:** Sugestões para otimizar fluxos de trabalho, reduzir burocracias e melhorar a comunicação interna entre departamentos.
- **Aprimoramento dos Instrumentos de Planejamento:** Desenvolvimento ou atualização de ferramentas de planejamento estratégico, como planos de ação, cronogramas e indicadores de desempenho, para garantir que as metas institucionais sejam alcançadas de maneira eficaz.
- **Inovação Pedagógica:** Recomendações para a incorporação de novas metodologias de ensino e tecnologias educacionais que possam enriquecer a experiência de aprendizagem dos alunos.
- **Capacitação de Pessoal:** Propostas para programas de treinamento e desenvolvimento profissional para docentes e colaboradores, visando aprimorar suas habilidades e competências.

Após a apresentação das proposições à Diretoria-Executiva, é fundamental que haja um plano de implementação claro e estruturado. A CPA pode colaborar na definição de prioridades e na elaboração de um cronograma para a execução das melhorias propostas.

O monitoramento contínuo é essencial para avaliar a eficácia das mudanças implementadas. A CPA deve acompanhar os resultados e fornecer feedback regular à Diretoria-Executiva, ajustando as estratégias conforme necessário para garantir que os objetivos sejam alcançados.



As proposições de melhoria apresentadas pela CPA têm o potencial de gerar impactos significativos na eficiência e qualidade das operações do ILB. Ao otimizar processos internos e aprimorar os instrumentos de planejamento, a Escola de Governo pode oferecer programas educacionais mais relevantes e eficazes, atendendo melhor às necessidades dos servidores públicos e da sociedade.

Além disso, essas melhorias contribuem para a criação de uma cultura organizacional voltada para a excelência e a inovação, fortalecendo a posição do ILB como uma referência em educação e capacitação no setor público.

Em resumo, as proposições da CPA à Diretoria-Executiva do ILB são fundamentais para promover a melhoria contínua dos processos e instrumentos de planejamento da Escola de Governo. Ao implementar essas propostas, o ILB reforça seu compromisso com a qualidade e a inovação, garantindo que suas ações educacionais continuem a gerar impacto positivo na formação de servidores públicos e na sociedade.

#### **Fundamentação legal:**

PIL nº 1, de 2024, Art. 9º, VI - elaborar ofício encaminhando sugestões da CPA à Diretoria-Executiva após a conclusão dos relatórios de autoavaliação;

#### **Quem pode utilizar este serviço?**

DexILB

#### **Quem é o responsável pelo serviço?**

CPA

#### **Etapas para a realização deste serviço**

**Etapas I – Proposições de melhoria de processos internos e de instrumentos de planejamento do ILB**

#### **Documentação**

Ofício ao DexILB, apresentando as proposições



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

**Canais de prestação**

Não se aplica

**Tempo de duração da etapa**

Não estimado ainda

**Quanto tempo leva?**

A depender do planejamento da Comissão Externa do MEC



SENADO FEDERAL  
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

#### **14. Contato para esclarecimento de dúvidas**

Para mais informações ou dúvidas sobre os serviços da CPA, entre em contato pelo Email:  
**[cpa@senado.leg.br](mailto:cpa@senado.leg.br)**.

